



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo segurança alimentar e políticas públicas

**Segurança Alimentar: Desafios e Perperctivas das Políticas
Públicas**

Samuel Catelli de Paula¹

Resumo: Este artigo aborda a questão da segurança alimentar e políticas de combate à fome, destacando desafios, estratégias e resultados. A insegurança alimentar persiste devido à falta de acesso regular a alimentos. Políticas de distribuição, subsídios e incentivos agrícolas são empregados para enfrentar o problema. A superação requer compromisso político, priorização das questões sociais e desenvolvimento de políticas efetivas. Fortalecer a agricultura familiar, melhorar a infraestrutura agrícola e promover a sustentabilidade são essenciais. Compreender e abordar essas questões é crucial para alcançar um mundo justo e equitativo, garantindo a todos acesso digno aos alimentos.

Palavras-chave: Alimentos, Desafios, Políticas Pública.

Abstract: This article addresses the issue of food security and policies to combat hunger, highlighting challenges, strategies and results. Food insecurity persists due to the lack of regular access to food. Distribution policies, subsidies and agricultural incentives are used to tackle the problem. Overcoming it requires political commitment, prioritisation of social issues and the development of effective policies. Strengthening family farming, improving agricultural infrastructure and promoting sustainability are essential. Understanding and addressing these issues is crucial to achieving a fair and equitable world, guaranteeing everyone dignified access to food.

Keywords: Food, Challenges, Public Policy.

¹ Estagiário, aluno de graduação, samuel.catelli@uel.br



INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e as políticas de combate à fome são questões fundamentais que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. A garantia de acesso a alimentos suficientes, nutritivos e seguros é essencial para o desenvolvimento humano e a erradicação da pobreza.

A segurança alimentar refere-se à disponibilidade, acesso e utilização adequada de alimentos para atender às necessidades nutricionais e promover uma vida saudável. Infelizmente, muitas pessoas ainda enfrentam insegurança alimentar, o que significa que não têm acesso regular a alimentos suficientes para suprir suas necessidades básicas.

Para enfrentar esse desafio, políticas de combate à fome têm sido implementadas em diversas partes do mundo. Essas políticas buscam garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados, por meio de programas de distribuição de alimentos, subsídios, incentivo à produção agrícola e outras medidas.

No entanto, a superação da fome e da insegurança alimentar exige um compromisso político e social em diferentes níveis. É necessário que os governantes priorizem essas questões e desenvolvam políticas públicas efetivas para enfrentar a pobreza e a miséria. Além disso, é fundamental promover ações que fortaleçam a agricultura familiar, melhorem a infraestrutura agrícola e promovam a sustentabilidade ambiental.

Neste artigo, exploraremos mais a fundo o tema da segurança alimentar e as políticas de combate à fome, discutindo os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e os resultados alcançados. Compreender essas questões é essencial para construir um mundo mais justo e equitativo, onde todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados e possam viver com dignidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Segurança Alimentar e Políticas de combate à fome

A segurança alimentar é um conceito que se refere ao acesso físico, econômico e social a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às necessidades alimentares e preferências culturais de uma população. No Brasil, a



segurança alimentar é uma questão de extrema importância, uma vez que o país ainda enfrenta desafios significativos no combate à fome e à desnutrição.

As políticas de combate à fome no Brasil têm evoluído ao longo dos anos, buscando garantir o direito fundamental à alimentação adequada para todos os cidadãos. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi a criação do Programa Fome Zero, em 2003, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa tinha como objetivo principal erradicar a fome e a pobreza extrema no país, por meio de ações integradas nas áreas de segurança alimentar, assistência social, educação e geração de emprego e renda. (BRASIL; 2005)

O Brasil vem implementando políticas públicas que visam a redução da fome e, atrelado a isso, já objetiva a construção de uma alimentação saudável e segura, buscando observar parâmetros nutricionais, bem como a questão sanitária. Essas políticas têm como objetivo principal garantir o acesso a alimentos de qualidade, promover a educação nutricional e melhorar as condições de segurança alimentar da população.

A partir dos anos 80, tiveram início projetos colaborativos entre organizações não governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e entidades governamentais (USDA, CDC, NCHS, Bureau of the Census) dos EUA, com o objetivo de definir novos indicadores para mensuração da fome. Considerou-se, nessa ocasião, que os indicadores tradicionais, tais como as medidas antropométricas, não mais atendiam às necessidades, principalmente porque a obesidade estava cada vez mais presente na população carente daquele país. Entendia-se, também, que a experiência da fome tem aspectos sociais e psicológicos e que nem sempre apresenta consequências físico-biológicas. (KEPPLER; SEGALL-CORREIA; 2011, p. 192)

Uma das principais iniciativas nesse sentido é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE estabelece diretrizes para a oferta de refeições nutritivas e balanceadas nas escolas públicas do país. O programa busca garantir que os estudantes tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável durante o período escolar, contribuindo para o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Além disso, o PNAE também promove a inclusão de alimentos produzidos pela agricultura familiar, estimulando a economia local e fortalecendo a segurança alimentar dessas comunidades.

Outra política importante é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA tem como objetivo principal promover o acesso a alimentos para pessoas em



situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que incentiva a agricultura familiar. O programa consiste na compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, que são destinados a instituições de assistência social, como escolas, creches, hospitais e abrigos. Essa iniciativa contribui para a segurança alimentar dessas instituições, ao mesmo tempo em que fortalece a economia local e promove a inclusão social dos agricultores familiares.

Além disso, o Brasil também adotou medidas para promover a educação nutricional e a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável. O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde, é uma importante ferramenta que orienta a população sobre uma alimentação adequada e saudável. O guia destaca a importância do consumo de alimentos in natura e minimamente processados, além de fornecer informações sobre porções, grupos alimentares e dicas para a preparação de refeições saudáveis. (BRASIL; 2005)

Além das políticas governamentais, a sociedade civil também desempenha um papel fundamental na promoção de uma alimentação saudável e segura. Diversas organizações não governamentais e movimentos sociais têm desenvolvido iniciativas para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, promover a agricultura familiar e combater o desperdício de alimentos. Essas iniciativas incluem a criação de hortas comunitárias, a realização de feiras de alimentos orgânicos e a implementação de projetos de educação nutricional em comunidades carentes. (BRASIL; 2004)

A questão sanitária também é fundamental para garantir uma alimentação segura. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável por regulamentar e fiscalizar a produção e comercialização de alimentos no país. São estabelecidos padrões de qualidade e segurança para os alimentos, garantindo que eles estejam livres de contaminações e sejam adequados para o consumo humano. Além disso, o MAPA também realiza inspeções em estabelecimentos que produzem, armazenam e comercializam alimentos, garantindo o cumprimento das normas sanitárias.

No entanto, apesar dos avanços nas políticas públicas e na conscientização da população, ainda existem desafios a serem enfrentados. A desigualdade social e



a falta de acesso a alimentos de qualidade são obstáculos que precisam ser superados. Além disso, a publicidade de alimentos não saudáveis e o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados são questões que precisam ser abordadas de forma mais efetiva.

MALUF (2007), destaca que o Brasil vem implementando políticas públicas e adotando medidas para promover uma alimentação saudável e segura. Essas iniciativas têm como objetivo garantir o acesso a alimentos de qualidade, promover a educação nutricional e melhorar as condições de segurança alimentar da população. No entanto, é necessário continuar investindo nessas políticas e fortalecer a conscientização da população sobre a importância de uma alimentação adequada e saudável. Somente assim será possível garantir uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos os brasileiros.

Vale ainda acrescentar que a desigualdade social é um fator que contribui para a falta de acesso a alimentos adequados. A distribuição desigual de renda no país resulta em disparidades no acesso aos alimentos, com algumas regiões e grupos populacionais enfrentando maior vulnerabilidade à insegurança alimentar.

A concentração de terra é um desafio que afeta a produção de alimentos no Brasil. A posse de grandes extensões de terra por um pequeno número de proprietários dificulta o acesso à terra para pequenos agricultores e comunidades tradicionais, limitando sua capacidade de produzir alimentos e gerar renda.

As mudanças climáticas representam um desafio significativo para a segurança alimentar no Brasil. Eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, podem afetar a produção agrícola e a disponibilidade de alimentos. Além disso, as mudanças climáticas também podem levar à perda de biodiversidade e impactar negativamente os ecossistemas naturais necessários para a produção de alimentos.

O acesso a recursos e tecnologias adequadas é essencial para garantir a segurança alimentar. Muitos pequenos agricultores enfrentam dificuldades para acessar crédito, insumos agrícolas, tecnologias de produção e assistência técnica, o que limita sua capacidade de produzir alimentos de maneira eficiente e sustentável.



O desperdício de alimentos é um desafio que afeta a segurança alimentar em todo o mundo, incluindo o Brasil. Estima-se que uma grande quantidade de alimentos seja desperdiçada ao longo da cadeia de produção, distribuição e consumo. Reduzir o desperdício de alimentos é fundamental para garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e que mais pessoas tenham acesso aos alimentos necessários. (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA; 2011)

A insegurança alimentar não está limitada apenas às áreas rurais. Nas áreas urbanas, muitas famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para acessar alimentos saudáveis e nutritivos a preços acessíveis. A falta de infraestrutura adequada, como mercados e feiras de alimentos, e a falta de políticas específicas para lidar com a insegurança alimentar urbana são desafios a serem enfrentados.

Esses desafios exigem ações integradas e coordenadas por parte do governo, da sociedade civil e do setor privado para garantir a segurança alimentar no Brasil. É necessário investir em políticas e programas que promovam a inclusão social, a agricultura familiar, o acesso a recursos e tecnologias, a redução do desperdício de alimentos e a adaptação às mudanças climáticas, visando garantir o direito à alimentação adequada para todos os cidadãos brasileiros.

2.2 A questão nutricional no Brasil

A questão nutricional no Brasil é um tema de extrema importância, uma vez que a alimentação adequada e saudável desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e no bem-estar da população. No entanto, o país enfrenta desafios significativos em relação à nutrição, que vão desde a desnutrição até o aumento da prevalência de doenças relacionadas à alimentação inadequada.

O Brasil, há várias décadas, tem desenvolvido ações de políticas públicas direcionadas a melhorar a segurança alimentar e nutricional (SAN) de sua população. Essas ações, entretanto, receberam novo impulso em 2003, quando passaram a ser, com o conjunto de políticas e programas que compõem o Fome Zero, uma prioridade do Estado brasileiro. Esse esforço de governo, aliado à expressiva mobilização da sociedade civil, vem exigindo, desde o início, o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação. Eles são necessários tanto no processo de implementação das ações, no que diz respeito à cobertura da população-alvo e aos desafios políticos e administrativos daí decorrentes, quanto na medida do impacto das políticas na segurança alimentar da população. Consequentemente, tornou-se fundamental e urgente a definição de indicadores de SAN adequados a essas necessidades.



Um dos principais desafios nutricionais no Brasil é a persistência da desnutrição em algumas regiões e grupos populacionais. Apesar dos avanços nas políticas de segurança alimentar, ainda existem áreas onde a falta de acesso a alimentos adequados resulta em desnutrição, especialmente entre crianças e comunidades tradicionais. A desnutrição infantil, em particular, tem consequências graves para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, comprometendo seu potencial futuro.

Além da desnutrição, o Brasil também enfrenta um aumento preocupante da obesidade e das doenças relacionadas à alimentação inadequada. A transição nutricional, caracterizada pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, tem contribuído para o aumento da obesidade e das doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

Vários fatores contribuem para a situação nutricional no Brasil. A desigualdade social é um dos principais determinantes, uma vez que o acesso a uma alimentação adequada e saudável está diretamente relacionado ao nível socioeconômico. Pessoas de baixa renda têm maior dificuldade em adquirir alimentos nutritivos, sendo muitas vezes limitadas a opções mais baratas e menos saudáveis.

Além disso, a falta de educação nutricional também é um desafio. Muitas pessoas não têm conhecimento sobre os princípios básicos de uma alimentação saudável e não possuem habilidades culinárias para preparar refeições equilibradas. Isso contribui para a adoção de hábitos alimentares prejudiciais, como o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados e a falta de diversidade na dieta.

Outro fator importante é a publicidade de alimentos não saudáveis, especialmente direcionada às crianças. A exposição constante a propagandas de alimentos ricos em açúcares, gorduras e sódio influencia as escolhas alimentares das crianças e contribui para o aumento da obesidade infantil. Medidas regulatórias mais rigorosas são necessárias para limitar a publicidade de alimentos não saudáveis, especialmente voltada para o público infantil.



Para enfrentar esses desafios, o Brasil tem adotado medidas para promover a alimentação saudável e combater a desnutrição e a obesidade. O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde, é uma importante ferramenta que orienta a população sobre uma alimentação adequada e saudável, destacando a importância do consumo de alimentos in natura e minimamente processados.

De acordo com documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei no 11.346, de 15 de julho de 2006), SAN é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Constitui um conceito bastante abrangente, por natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. (KEPLER; SEGALL-CORRÊA; 2011, p.188)

Além disso, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel fundamental na promoção da alimentação saudável entre os estudantes da rede pública de ensino. O programa estabelece diretrizes para a oferta de refeições balanceadas e nutritivas nas escolas, contribuindo para a promoção da saúde e o desenvolvimento adequado das crianças e adolescentes.

Outra iniciativa importante é a implementação do sistema de rotulagem nutricional frontal, que visa facilitar a compreensão das informações nutricionais pelos consumidores. O sistema de rotulagem adotado no Brasil utiliza cores e símbolos para indicar o teor de nutrientes críticos, como açúcares, gorduras saturadas e sódio, permitindo que os consumidores façam escolhas mais informadas.

Além das ações governamentais, é fundamental promover a educação nutricional desde a infância, incentivando a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a valorização dos alimentos in natura e minimamente processados. A parceria entre escolas, famílias e comunidades é essencial para criar um ambiente favorável à alimentação saudável e para promover a conscientização sobre a importância da nutrição para a saúde.



Em conclusão, a questão nutricional no Brasil é um desafio complexo, que envolve desde a desnutrição até a obesidade e as doenças crônicas. É necessário um esforço conjunto de governos, sociedade civil, setor privado e indivíduos para promover uma alimentação adequada e saudável, garantindo o acesso a alimentos nutritivos, a educação nutricional e a regulamentação da publicidade de alimentos não saudáveis. Somente assim será possível melhorar a situação nutricional da população brasileira e promover a saúde e o bem-estar de todos.

2.3 A importância de uma alimentação saudável e segura para a saúde

Os impactos de uma alimentação saudável e segurança na saúde são de extrema importância para o bem-estar e qualidade de vida da população. Uma alimentação adequada, equilibrada e segura desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças, no fortalecimento do sistema imunológico e na promoção de um desenvolvimento saudável.

A promoção da saúde é um conceito amplo e abrangente que se diferencia com uma tênue linha divisória do conceito de prevenção de doenças. A promoção da saúde procura identificar e enfrentar os macrodeterminantes do processo saúde-doença, no qual insere-se a promoção da alimentação saudável, e busca transformá-los favoravelmente no sentido da saúde. Já a prevenção de doenças busca que os indivíduos não sejam acometidos por estas, contudo como 'saúde' não pode ser resumida apenas a 'ausência de doença', pessoas potencialmente em risco de desenvolver uma determinada doença, como as crônicas não transmissíveis, por exemplo, poderiam investir em melhorar sua capacidade funcional, ampliar suas sensações de bem-estar e desenvolvimento individual (e coletivo). (OLIVEIRA; 2005, p.131)

Uma alimentação saudável, baseada em alimentos in natura e minimamente processados, fornece os nutrientes necessários para o funcionamento adequado do organismo. Uma dieta equilibrada, composta por uma variedade de alimentos, incluindo frutas, legumes, verduras, cereais integrais, proteínas magras e gorduras saudáveis, fornece vitaminas, minerais, fibras e antioxidantes essenciais para a saúde.

Uma alimentação saudável está associada a diversos benefícios para a saúde. Estudos científicos têm demonstrado que uma dieta equilibrada pode reduzir



o risco de desenvolvimento de doenças crônicas, como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, obesidade e certos tipos de câncer. Além disso, uma alimentação adequada também contribui para a manutenção de um peso saudável, a regulação dos níveis de colesterol e a melhoria da saúde mental.

A segurança alimentar também desempenha um papel crucial na saúde da população. A garantia de que os alimentos estão livres de contaminações, substâncias tóxicas e resíduos químicos é fundamental para evitar doenças transmitidas pelos alimentos, como intoxicações alimentares e infecções por bactérias, vírus e parasitas. A adoção de boas práticas de higiene na produção, manipulação e armazenamento dos alimentos é essencial para garantir a segurança alimentar.

Uma alimentação segura também envolve a prevenção de alergias alimentares. A identificação e rotulagem adequada de ingredientes alergênicos nos alimentos são fundamentais para proteger indivíduos que têm alergias alimentares, evitando reações adversas graves. Além disso, a conscientização sobre alergias alimentares e a educação sobre a leitura de rótulos são importantes para garantir a segurança alimentar de todos. (BRASIL; 2004)

Os impactos de uma alimentação saudável e segurança na saúde vão além da prevenção de doenças. Uma dieta equilibrada e segura também contribui para o fortalecimento do sistema imunológico, tornando o organismo mais resistente a infecções e doenças. Os nutrientes presentes nos alimentos desempenham um papel fundamental na regulação do sistema imunológico, ajudando a combater infecções e promovendo a recuperação mais rápida de doenças. (MALUF; 2007)

Além disso, uma alimentação saudável e segura é essencial para o desenvolvimento adequado de crianças e adolescentes. Durante as fases de crescimento e desenvolvimento, uma alimentação equilibrada fornece os nutrientes necessários para o desenvolvimento ósseo, muscular e cerebral. A falta de nutrientes essenciais nessa fase pode levar a problemas de crescimento, comprometer o desenvolvimento cognitivo e aumentar o risco de doenças ao longo da vida.



A alimentação saudável e segura também desempenha um papel importante na saúde mental e emocional. Estudos têm mostrado que uma dieta equilibrada, rica em nutrientes, está associada a uma melhor saúde mental, redução do estresse e melhoria do bem-estar emocional. Além disso, a adoção de uma alimentação saudável pode ajudar a prevenir e controlar distúrbios alimentares, como anorexia e bulimia.

É importante ressaltar que uma alimentação saudável e segura não se resume apenas à escolha dos alimentos, mas também envolve a forma como eles são preparados e consumidos. A adoção de práticas culinárias saudáveis, como o uso de técnicas de cocção adequadas, a redução do consumo de alimentos processados e ultraprocessados, e a moderação no consumo de sal, açúcar e gorduras saturadas, são fundamentais para garantir uma alimentação saudável e segura.

Os impactos de uma alimentação saudável e segurança na saúde são significativos. Uma alimentação adequada e segura contribui para a prevenção de doenças, fortalecimento do sistema imunológico, desenvolvimento saudável, saúde mental e bem-estar geral. É fundamental promover a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável e segura, fornecer informações e recursos para a adoção de hábitos alimentares saudáveis e garantir a segurança dos alimentos disponíveis para a população.

RESULTADO E CONCLUSÃO

A alimentação saudável e segura é uma questão de extrema importância para a saúde e o bem-estar da população brasileira. Ao longo deste artigo, discutimos os impactos positivos de uma alimentação adequada e segura, assim como os desafios enfrentados no Brasil.

É evidente que uma alimentação saudável e segura desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças e na promoção da saúde. Uma dieta equilibrada, baseada em alimentos in natura e minimamente processados, fornece os nutrientes necessários para o funcionamento adequado do organismo. Além disso, uma alimentação adequada contribui para o fortalecimento do sistema



imunológico, o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, e a melhoria da saúde mental e emocional.

No entanto, o Brasil enfrenta desafios significativos nessa área. A desigualdade social é um fator que contribui para a falta de acesso a alimentos adequados, resultando em disparidades na segurança alimentar. A concentração de terra também dificulta o acesso à terra para pequenos agricultores, limitando sua capacidade de produzir alimentos e gerar renda. Além disso, as mudanças climáticas e o desperdício de alimentos são desafios que afetam a segurança alimentar no país.

Apesar desses desafios, o Brasil vem implementando políticas públicas e adotando medidas para promover uma alimentação saudável e segura. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são exemplos de iniciativas que buscam garantir o acesso a alimentos de qualidade e promover a inclusão social. Além disso, o Guia Alimentar para a População Brasileira e as ações de fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) são importantes ferramentas para orientar a população e garantir a segurança alimentar.

É fundamental ressaltar que a promoção de uma alimentação saudável e segura não é responsabilidade apenas do governo, mas também da sociedade como um todo. É necessário o envolvimento de diferentes atores, como organizações não governamentais, movimentos sociais, setor privado e indivíduos, para promover mudanças efetivas nessa área. A conscientização sobre a importância de uma alimentação adequada e saudável, assim como a adoção de práticas alimentares saudáveis no dia a dia, são fundamentais para alcançar uma melhoria significativa na saúde da população.

Além disso, é importante investir em educação nutricional desde a infância, incentivando a adoção de hábitos alimentares saudáveis e a valorização dos alimentos in natura e minimamente processados. A educação nutricional nas escolas, a criação de hortas comunitárias e a disseminação de informações sobre a leitura de rótulos são ações que podem contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente e informada sobre os benefícios de uma alimentação saudável e segura.



Em suma, a busca por uma alimentação saudável e segura é um desafio constante, mas que traz inúmeros benefícios para a saúde e o bem-estar da população. O Brasil tem avançado na implementação de políticas públicas e na conscientização da população sobre a importância de uma alimentação adequada. No entanto, é necessário continuar investindo nesse tema, promovendo a inclusão social, a educação nutricional e o acesso a alimentos de qualidade. Somente assim será possível garantir uma melhoria significativa na saúde e qualidade de vida de todos os brasileiros.

REFERÊNCIA

Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 17-20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Estudo de caso Brasil: a integração das ações de alimentação e nutrição nos planos de desenvolvimento nacional para o alcance das metas do milênio no contexto do direito humano à alimentação adequada: estatísticas e informação em saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. (Série G).

KEPLER, Anne Walleser, SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira de Ciências (SciELO)*. 2011.

Oliveira Pinheiro, Anelise Rizzolo A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional *Saúde em Debate*, vol. 29, núm. 70, maio-agosto, 2005, pp. 125-139 Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Rio de Janeiro, Brasil

Sampaio MFA, Kepple AW, Segall-Corrêa AM, Oliveira JTA, Panigassi G, Maranhã LK, Marin-Leon L, Bergamasco SMPP, Perez-Escamilla R. (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Acessado 2023 mar 6 ; Disponível em: www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/inseguranca_alimentar.pdf